

“VIVEM DE LAVOURAS”: A ESTRUTURA AGRÁRIA EM SÃO JOSÉ DO TAQUARI, AO FINAL DO SÉCULO XVIII

“THEY LIVE ON CROPS”: THE AGRARIAN STRUCTURE IN SÃO JOSÉ DO TAQUARI AT THE END OF THE EIGHTEENTH CENTURY

Sandra Michele Roth Eckhardt¹

RESUMO

Este artigo aborda o contexto de criação da freguesia de São José do Taquari e a estrutura produtiva da região, ao final do período colonial brasileiro. A inserção econômica do Continente do Rio Grande de São Pedro no mercado interno de abastecimento colonial se deu por meio da pecuária desenvolvida nas estâncias, do cultivo de lavouras e mais tarde dos complexos charqueadores. Taquari não se caracterizou como região de economia pecuarista, pois, o número de animais declarados por seus moradores na *Relação de Moradores de 1784* foi muito inferior se comparado com outras freguesias, como, por exemplo, Triunfo e Santo Amaro, nas quais essa atividade representava a principal forma de inserção econômica nos circuitos mercantis. A freguesia de Taquari foi habitada por pequenos produtores, que acessaram a terra por meios de formas não mercantilizadas e utilizaram o trabalho familiar, via agregamento, como um recurso importante para o aumento dos níveis produtivos da agricultura e sua reprodução social.

Palavras chave: Imigração açoriana. Pequenos produtores. Taquari.

ABSTRACT

This paper approaches the context of creation of the people of São José do Taquari and the productive structure of the region, at the end of the Brazilian colonial period. The economic integration of the continent of Rio Grande de São Pedro into the intern market of colonial supply was through the livestock grown in the farms, the cultivation of crops and later the complex charqueadores. Taquari was not characterized as a region of livestock economy, since the number of animals declared by its residents in the Relation of Residents of 1784 was much lower when compared with other villages, such as, for example, Triunfo and Santo Amaro, in which this activity represented the main form of economic insertion in the colonial mercantile circuits. The parish of Taquari was inhabited by small producers, who accessed land through non-mercantile forms and used family labor, through aggregation, as an important resource for increasing the productive levels of agriculture.

Keywords: Azorean immigration. Small producers. Taquari.

¹ Mestranda em História do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, Bolsista CAPES/DS. Graduada em História Licenciatura plena e Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Tem interesse na Área de História, com ênfase na temática da história agrária do Brasil, século XVIII e XIX.

INTRODUÇÃO

A análise que se apresenta nesse artigo é referente a São José do Taquari, localizada as margens do rio Taquari, a freguesia² foi criada na década de 1760, a partir do assentamento de casais açorianos migrados ao sul da América portuguesa com a finalidade de povoar e cultivar terras de fronteira política em processo de demarcação.

Ao confirmar difusa presença de lavradores que praticavam uma economia mista composta pelo cultivo de lavouras e criação de animais, em níveis produtivos menores que a das estâncias, Osório (2007) mostrou que as freguesias do Rio Grande de São Pedro não participaram do mercado interno de alimentos apenas via produção pecuarista. A autora apontou uma estrutura produtiva do Rio Grande de São Pedro amplamente dependente do trabalho familiar e escravo, constituída na modesta ocupação da terra. Este artigo fará uma análise microeconômica, a partir das formas de acesso à terra e das atividades ocupacionais dos moradores da freguesia de Taquari. A análise específica da freguesia possibilita entender a dinâmica produtiva desse espaço e demonstrar as possíveis formas de inserção econômica dos pequenos produtores de alimentos do período colonial.

A partir da utilização da *Relação de Moradores* de 1784, uma espécie de censo agrário realizado ao final do século XVIII em todas as freguesias do Continente do Rio Grande de São Pedro, localizado no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, é possível conhecer as formas de acesso à terra declarada pelos habitantes. Analisando essa documentação referente a Taquari verificou-se que a estrutura produtiva da freguesia era agrária e habitada por pequenos produtores.

A *Relação de Moradores de 1784*, documento principal no qual se baseou esta pesquisa, e os *Registros de datas de terra que se dão aos casais das ilhas* são as fontes utilizadas para análise que aqui se apresentará. Elas não possuem informações que permitam analisar a importância do trabalho escravo na freguesia. No entanto, não se descarta a possibilidade de uma significativa presença de trabalhadores cativos entre esses pequenos produtores de alimentos e pesquisas futuras se valendo de outras fontes podem melhor explorar esse tema.

A metodologia empregada para a análise das fontes é inspirada na história serial. Julga-se que a análise serial é o procedimento pertinente para tratar o tema aqui abordado, pois se está mediante uma quantidade

2 O termo “freguesia” foi utilizado nas capitanias brasileiras para referir as paróquias, circunscrições básicas da administração eclesiástica. Ver mais em: OSÓRIO, Helen. A organização territorial em espaço de fronteira com o império espanhol e seu vocabulário. Notas de pesquisa. *Claves*, Revista de História, n. 1, p. 67-90, dic. 2015.

significativa de dados, os quais possibilitam um aparelhamento da pesquisa partindo da estruturação dos elementos localizados nas fontes³. A quantificação dos dados trouxe ao conhecimento realidades socioeconômicas do Brasil colonial muito para além da *plantation* escravista, proporcionou visibilidade a uma ampla gama de pequenos lavradores e produtores de alimentos, que também podiam se inserir modestamente num mercado exportador ou em mercados inter-regionais⁴.

1 A inserção econômica do Rio Grande de São Pedro no mercado interno colonial

A inserção do Rio Grande do Sul no mercado interno de abastecimento colonial, enquanto integrante do mosaico de formas não capitalistas de produção⁵, deu-se a partir da formação das estâncias gaúchas, do cultivo de lavouras e mais tarde o comércio do charque. As primeiras relações econômicas do Rio Grande ocorrem com a exploração das Vacarias do Pinhal e do Mar e a instalação de estâncias pecuaristas, ante as possibilidades de expansão territorial de uma região de fronteiras políticas interimperiais não totalmente delimitadas⁶.

A realização de pesquisas que se ocuparam de fontes primárias e articuladas à metodologia da história serial e de inspiração da micro história revelou que a região do extremo sul do Brasil era também um complexo de múltiplas formas de organização econômica e social. O acesso e funcionamento das unidades produtivas agrícolas estiveram para além das grandes propriedades agropecuárias, existindo posses bastante modestas em meio às extensivas ocupações pecuaristas⁷.

3 Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15 n. 28, p. 57-72, jul. 2008.

4 O exemplo tem-se os trabalhos de Mattos (2009), a qual demonstrou em suas pesquisas, sobre pequenos produtores de subsistência em Capivary, no século XIX, as diversas formas de inserção econômica possíveis numa sociedade permeada pelo escravismo e pela agricultura de exportação.

5 Segundo Fragoso (1998) as fazendas brasileiras se alimentavam do próprio espaço colonial, e essa afirmação é verificável com o expressivo espaço ocupado pelos produtos advindos das estâncias rio-grandenses no mercado de abastecimento interno, a partir de 1780.

6 Para um melhor entendimento sobre as primeiras ocupações espaciais de o Rio Grande ver: KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira*: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII. Niterói: PPGH – UFF, 2006. Tese de doutorado.

7 Os trabalhos de Farinatti (2010) e Zarth (1997) são exemplos de pesquisas que demonstraram, a partir do uso de fontes primárias (especialmente inventários *post-mortem* e registros paroquiais), a complexidade da estrutura agrária e existência de pequenos e médios produtores de Alegrete e do Planalto gaúcho, no século XIX.

Em relação ao período colonial, é interessante notar que, apesar de se caracterizarem como os mais representativos habitantes do Rio Grande, os lavradores eram o grupo que detinha a menor quantidade de terras, em extensão de área, e encontrava mais dificuldades em acessá-las. Segundo Osório “[...] os lavradores integrarem o grupo que mais teve que recorrer a terras alheias: 13,4% dos acessos deram-se “a favor” e por arrendamento [...]” (2007, p. 99).

A presença de médios e pequenos lavradores que simultaneamente praticavam a agricultura de subsistência, realizavam a comercialização de algum excedente e a pequena criação de animais pode ser verificadas na *Relação de Moradores*, de 1784, na qual esses aparecem com significativa representatividade. Algumas freguesias estavam bem longe da paisagem pecuarista, como é o caso de São José do Taquari, que apresenta uma ampla presença de pequenas unidades agrícolas focadas essencialmente no cultivo de lavouras e a pequena criação de animais, ao final do período colonial.

1.1 A criação da freguesia de Taquari e o contexto da fronteira política

Ainda são poucas as análises específicas das freguesias do Rio Grande e estudos sobre suas organizações internas. Portanto, tem-se aqui a pretensão de examinar as estruturas produtivas de São José do Taquari, freguesia exclusivamente criada para o assentamento dos imigrantes açorianos presentes na região.

A regularização das posses de terra em Taquari aconteceu em 1770 mediante um cenário de disputas interimperiais de soberanias entre as Coroas Ibéricas na América. Osório (2015, p. 68), ao se referir ao contexto de criação das freguesias afirma: “Elas moldaram a vida administrativa da capitania e foram um referente espacial muito importante.”

A acomodação de parte da população migrada das ilhas de Açores à América⁸, nas margens do Rio Taquari, fez parte do projeto português de ocupação, defesa e ordenamento territorial e inserção econômica do Rio Grande de São Pedro dentro dos circuitos interno-coloniais. São José do Taquari foi a primeira freguesia que teve regularizadas as acomodações açorianas. A partir da quantificação das informações apresentadas na *Relação de Moradores* de 1784, ou seja, 20 anos após as ocupações iniciais da

8 Para melhor compreensão dos significados dos projetos de migração atlântica ver: HAMEISTER, Martha. *Para dar calor à nova povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande dos Registros Batismais (c.1738-c. 1763)*. Rio de Janeiro: PPGHS - UFRJ, 2006.

região, foi possível verificar que esses migrados açoriano-descendentes e coligados desses, se dedicaram essencialmente ao cultivo de lavouras e à pequena criação de animais, diferindo das organizações pecuaristas de outras freguesias que concentraram sua produção na pecuária.

Para melhor compreensão da estrutura econômica de Taquari se analisará primeiramente as formas de acesso à terra, meio de produção essencial em economias agrárias.

2 A estrutura agrária de Taquari: acesso à terra e constituição das unidades produtivas

A partir da análise e do cruzamento de informações da *Relação de Moradores* de todo o Rio Grande de São Pedro e dos inventários *post-mortem*, Osório (2007) demonstrou a existência de um sistema produtivo amplamente dependente do trabalho familiar e escravo, bem como apontou a estreita ocupação da terra. Revelou, por meio do cenário agrário do Rio Grande, que a região compartilhava elementos estruturais com a região platina espanhola, pois a ampla presença de domicílios de pequenos produtores que praticavam uma agricultura de subsistência e comercializavam algum excedente pode ser verificada em ambos os lados das fronteiras políticas coloniais.

Osório (2007), ao apontar a categoria “lavrador”, “criador” e “peão”, ilustrou um quadro bastante diverso e revelou uma pluralidade de formas produtivas, no qual domicílios de lavradores podiam ser caracterizados também pela presença de pequenos rebanhos de gado e, muitos deles, com a presença de alguns poucos escravos. A participação dos lavradores na economia rio-grandense se deu principalmente a partir de 1780, com o cultivo do trigo, produto que compôs as exportações do Rio Grande desde o revigoramento e desenvolvimento econômico ocorrido no período tardo colonial⁹. O cereal abastecia grande parte dos portos coloniais, principalmente os do Rio de Janeiro, e esteve entre os principais produtos exportados pelo Continente.

Em relação à Taquari, acredita-se que a observação detalhada de uma determinada região permite a inclusão mais complexa de uma série de fatores que apontam variáveis capazes de compreender a formação de tendências gerais. Pois, a partir da análise específica de um espaço delimitado podem-se identificar ações sociais dos agentes locais e dos condicionantes

9 Schwartz (1988) e Barickman (2003) mostraram que no nordeste brasileiro diversas freguesias foram criadas com a pretensão de abastecer centros urbanos em formação nesse contexto de ressurgimento agrícola do período tardo colonial.

regionais da estrutura econômica vigente. Desse modo, é possível compreender as diversas formas de inserção econômico-social plausíveis em uma sociedade colonial cujo ponto mais dinâmico era caracterizado pela agricultura de exportação e pelo escravismo, porém, onde eles não eram exclusivos. Haja vista, diversas regiões, como é o caso do Rio Grande de São Pedro, se conectaram a circuitos mercantis internos e forneceram produtos de abastecimento alimentar para as *plantations* exportadoras.

Assim sendo, pontuaram-se aspectos da estrutura agrária da freguesia de Taquari ao final do período colonial, tendo como finalidade observar relações que se assemelharam e diferiram com o cenário agro do Continente de São Pedro e da América portuguesa. Acredita-se que a análise da freguesia, enquanto povoado de migrantes açorianos, ajudará a compreender como se deu a inserção açoriana nos circuitos mercantis da América Portuguesa e de que modo os objetivos de demarcação e ocupação territorial portuguesa se desenvolveram na região meridional da Colônia.

2.1 O acesso à terra

Analisar-se-á as formas de acesso à terra dos moradores de Taquari a partir das informações contidas na *Relação de Moradores*. Esse documento especifica o nome de cada ocupante, morador da freguesia, os títulos de propriedade possuídos, ou não, a atividade ocupacional que empregavam os domicílios¹⁰ e o número de animais que possuíam, explicitando gênero e espécie desses.

A *Relação de Moradores* foi elaborada quatorze anos após a demarcação das *datas* de terra aos imigrantes açorianos arranchados na freguesia de Taquari, em 1784, na qual se pode comprovar a predominância de pequenas propriedades agrárias, na configuração de *data*. As *datas* eram pequenas propriedades de terras concedidas, comumente, aos imigrados açorianos, durante da década de 1770 pelo governador da Capitania do Rio Grande e apresentava uma dimensão que pode ser considerada uma pequena propriedade no período, se comparada às extensões das sesmarias, outro tipo de concessão.

Como se pode ver na “Tabela 1”, a maior parte dos moradores possuía apenas uma única porção de terra, uma *data*, e em seguida estava o conjunto de pessoas “a favor”, que não detinham nenhuma e viviam em terras alheias.

10 O nome dos moradores da lista faz referência ao chefe de domicílio, em sua maioria homens e em alguns casos mulheres viúvas, e esse respondem em nome de todos sob sua tutela.

Tabela 1: Proprietários e não proprietários em Taquari, 1784

	1	2							3
	Agregados	Proprietários							Total
		Maior que uma data	1 data	2 datas	3 datas	chá-cara	sítio	S/r	107
Número de moradores	34	3	40	5	1	17	2	5	
Percentual	32%	2,8%	37%	4,6%	1%	16%	2%	4,6%	100%

Fonte: *Relação de Moradores que tem campos e animais no Continente –1784*

Coluna 1: Moradores que declararam não possuir terras e “viver a favor”;

Coluna 2: Moradores que declaram possuir terras;

Coluna 3: Total de domicílios registrados na Relação de Moradores de 1784.

Sobre as “dimensões” das terras ocupadas pelos moradores de Taquari cabem alguns esclarecimentos. Nos Registros de concessão de datas de terras aos casais das Ilhas¹¹ encontra-se a seguinte descrição para a dimensão de uma data: “*uma área superficial de terreno de quinhentos e sessenta e duas mil e quinhentas braças quadradas que constam na certidão*” BARROSO (2002, p. 556-609). Essa certidão referida nos registros de doação foi a documentação que os moradores, que a possuíam, apresentaram para comprovação da propriedade no momento da realização da *Relação de Moradores*.

A introdução da *Relação de Moradores*, por sua vez, traz a seguinte descrição sobre o tamanho dos lotes destinados aos povoadores de Taquari: “*o terreno de uma data de légua pouco mais ao menos de comprido, um quarto de largo*” (*Relação de Moradores*, 1784, p.351). Apesar da divergência na utilização dos sistemas de medida, as áreas totais são equivalentes, totalizando uma área máxima de 272 hectares¹².

11 Esses registros foram transcritos na obra: “Açorianos, proprietários de terras no Rio Grande do Sul 1770-1800” sob orientação e revisão de Vera Lucia Maciel Barroso.

12 Apesar de as medidas das *datas* em Taquari serem equivalentes, isso não significa que todas as *datas* concedidas pelo governador possuíam as mesmas dimensões. Gomes (2012) encontrou nos registros de *datas* de Porto Alegre a metade da dimensão de área encontrada para Taquari. Outro elemento importante é a relativização dessas dimensões, pois os limites de demarcação no período colonial não eram muito precisos e os súditos conheciam essa

Nos *Registros de Concessão de data* há 54 *datas* que foram concedidas aos moradores de Taquari em 1770. Em 1784, quando foi realizado o recenseamento das freguesias, 40 moradores declararam ocupar a dimensão de apenas uma *data*. A partir do cruzamento de informações verificou-se que os ocupantes de uma única *data*, eram 25 moradores que, segundo as descrições da *Relação de Moradores* teriam apresentado o *Registro de Concessão* no momento da realização do censo e o seu nome também consta nos *Registros de Concessão de data* de 1770, ou seja, dos 54 moradores que receberam e regularizaram a situação de suas propriedades, 25 ainda eram moradores de Taquari em 1784 e declararam não terem ampliado sua propriedade¹³.

Os outros 15 moradores possuidores de uma *data* na *Relação de Moradores* não foram localizados nos *Registros de Concessão*. Esses, ao declararem a origem de sua propriedade como *data*, explicaram a forma pela qual a acessaram. Dois moradores declararam ter recebido a propriedade na forma de doação, um deles de seu sogro e o outro morador não especificou seu vínculo com o suposto doador. Três moradores declararam ter obtido sua *data* pela compra de antigos beneficiários da concessão de terras desses, apenas um apresentou título de aquisição. Já os demais dez declaram ter herdado as propriedades. Desses dez herdeiros de *datas*, sete eram viúvas e permaneceram na área demarcada ao casal em 1770¹⁴. Os demais três herdeiros afirmaram possuir laços de parentesco com o antigo dono da propriedade, sendo dois genros e dois filhos¹⁵.

Ao observar esse grupo da tabela percebe-se importância dos laços familiares na obtenção do acesso à terra nessa freguesia. Pois, as heranças e doações foram significativas formas de adquirir propriedade da terra e estiveram permeadas por relações de parentesco.

O segundo grupo mais representativo da tabela anterior é a categoria “não possuem”. Esses são os moradores que não apresentavam relação de propriedade direta com a terra por viverem “a favor” em terras alheias,

realidade. Logo, a ocupação de limites, além dos certificados eram práticas comuns.

13 Apenas uma moradora não apresentou título de posse da *data* que ocupava. A viúva Ana Maria, cujo nome de Antônio Dutra, o falecido marido, foi encontrado nos *Registros de Concessão*, logo, beneficiaria da concessão.

14 A viúva de João Dorneles, Maria de Jesus, foi listada juntamente com seu cunhado Mathias Dorneles, no entanto, não é possível saber se viviam juntos ou de que maneira administravam a divisão da *data*.

15 Manoel Inácio e André Machado eram genro e filho de Pedro Machado, beneficiado com a concessão de *data*. Como a *Relação de Moradores* de Taquari não traz a descrição das benfeitorias não é possível saber, a partir dessa documentação, se esses habitaram em moradias separadas ou compartilhavam de uma mesma, bem como não é possível apresentar a forma de administração da propriedade da terra.

ou seja, foram listados na *Relação de Moradores* como não proprietários. Na sua totalidade foram listados 39 moradores vivendo “a favor”, que no contexto do Rio Grande de São Pedro significou gratuidade no acesso à terra. No entanto, o ato de possuir em sua propriedade um morador ou uma segunda família foi verificado em 34 propriedades de Taquari. Portanto, havia propriedades que comportavam mais de um morador ou família como agregado. Esse foi o caso de Ana Maria de Quadros, viúva de José de Quadros de quem herdou a *data* de terra demarcada ao casal em 1770 e a compartilhava, na forma de agregamento, com seu filho Antônio José de Quadros e o genro João Pereira da Silva. O caso mostra uma ampla relação familiar envolvida na agregação consentida por Ana Maria.

Mediante as formas de acesso à terra apresentados na tabela, destaca-se aqui a diferença da área de atuação dos agregados de Taquari, Porto Alegre e Viamão. Luciano Gomes (2012) mostrou que ao final do século XVIII quase a totalidade de agregados encontrava-se na área urbana de Porto Alegre, já Danilevicz (2010) mostrou que a presença de agregados era reiterada apenas em domicílios criadores de gado de Viamão. Por sua vez, em Taquari a totalidade desses se encontrava na área rural e desempenhava a atividade de lavrador. Desse modo, percebe-se que a difusão dessa forma de acesso aos meios produtivos ocorreu tanto nas atividades urbanas quanto nas rurais.

Os motivos que levaram os moradores das freguesias a acessar os meios produtivos a partir da agregação podem ser variados e bastante complexos. Pois, nesse conjunto de motivações podem estar envolvidos laços de parentesco e afetividade, ausência de terrenos disponíveis para a apropriação simples e/ou a falta de recursos para sua aquisição.

Dentre os 39 moradores que viviam dessa forma em Taquari todos declararam na *Relação de Moradores* “viver de lavouras”, ou seja, mesmo esses tendo declarado números de animais sob sua posse, exceto um morador que não declarou animais, elegeram a atividade da agricultura como sendo sua principal fonte de sustento e de seus dependentes. Desse modo, no tocante à questão da atividade econômica desempenhada, os moradores de Taquari que viviam “a favor” de outros não se aproximam por completo da configuração geral dos agregados para o Continente ao final do período colonial, pois esses se dedicam essencialmente à atividade da agricultura.

Osório (2007, p. 97) mostrou, a partir da *Relação de Moradores* de todas as freguesias do Continente, que os lavradores compunham o maior número de agregados e que esses possuíam uma incidência maior em freguesias onde a principal forma de acesso à terra era a concessão de *datas*. A partir da análise específica da *Relação de Moradores* de Taquari verifica-se

que a totalidade dos agregados praticava o cultivo de lavouras e possuíam pequenas criações de animais. Portanto, condizem com a categoria “lavrador” proposto pela autora.

Por outro lado, a presença de moradores com duas ou mais *datas* de terra é baixa, mas aponta algumas das possibilidades de ampliação da propriedade da terra na freguesia. Dentre os cinco fregueses de Taquari possuidores de duas *datas*, apenas um morador não recebeu concessão do governador, adquirindo uma *data* por compra e outra lhe foi designada como herança, os demais quatro moradores receberam uma concessão de *data* em 1770 e ampliaram sua propriedade a partir da aquisição de mais uma. Francisco Fagundes e André Jacinto declararam ser herdeiros da segunda *data*, os dois Antônio, Caetano e de Vargas, adquiriram sua segunda *data* por compra.

O único morador de Taquari que estava de posse de três *datas* era Antônio Teixeira Fagundes. Esse recebeu uma na forma de concessão e as outras duas declarou ter adquirido por compra. Aqui há um fator que chama atenção, Teixeira Fagundes declarou “viver de lavouras” e possuía número de animais semelhante aos moradores proprietários de uma única *data*, portanto, em número de animais não se encontrava economicamente distinto. A hipótese que se expõe é que a presença de dois agregados em suas propriedades, um filho e um genro, ampliaram a força produtiva empregada nas lavouras e conseqüentemente o volume da produção, levando a um acúmulo de recursos capaz de possibilitar a aquisição de duas propriedades via compra¹⁶.

A categoria da tabela “*maior que uma data*” é a mais heterogênea em relação ao tamanho de suas posses, pois a orientação da *data* não é suficiente para poder-se realizar uma aproximação da dimensão ocupada pelos moradores. Os três moradores que declaram estar de posse de uma *data* e mais uma dimensão de terra obtiveram a *data* via concessão. Manuel Teixeira apresentou no momento da realização da *Relação de Moradores* uma escritura de compra de um rincão¹⁷, já Manoel da Rosa Pereira declarou ter comprado um sítio, no qual viveria seu irmão¹⁸. O outro caso de proprietário de “uma *data* e um terreno” é o de Matheus Teixeira, morador que declarou

16 Sustenta-se que o aumento do volume produtivo esteve focado nas lavouras, pois ao analisar o número de animais dos agregados encontraram-se números baixos e que se somados aos de Teixeira Fagundes não chegam a 80 reses.

17 “Hua parte de campo cercado de arvoredo com bom pasto” FERREIRA (1979, p. 270).

18 Manuel da Rosa Pereira indica na sua declaração uma localização para o sítio “terreno imediato de Manuel Dutra Filho”. O irmão, ocupante do sítio não é declarado com agregado, portanto, a declaração indica que a localização do sítio não seria próxima imediatamente da *data* na qual reside Manuel Rosa Pereira.

ter descoberto um campestre dentro dos matos e ter recebido posse desse pelo governador, em 1781. Anteriormente comentou-se sobre os laços familiares dos agregados e proprietários de Taquari, Matheus Teixeira também possuía um agregado em suas propriedades, o morador Antônio Machado Fagundes, e assim formavam o único caso de agregamento sem vínculo parental visível da freguesia.

A ocupação declarada por Matheus Teixeira foi “vive de lavouras e criação de animais” e a de Antônio, seu agregado, foi “vive de lavouras”. O número de animais do proprietário foi um dos mais expressivos da freguesia, em especial pelas 100 éguas sob sua posse. Se o número de animais possui associação com a posse do campestre não é passível de ser verificado a partir dessa fonte. Assim como Matheus, mais dois moradores que declararam ocupar-se também da criação de animais, detentores dos maiores números de animais na freguesia, possuem a dimensão de suas posses contabilizadas na categoria da tabela “sem referência” e sua dimensão ainda é desconhecida.

A conclusão que se pode chegar é que os moradores que declararam “viver de lavouras e criação e animais” e que possuíam os maiores rebanhos de animais da freguesia ocuparam dimensões de terra maiores do que as *datas* e isso possibilitou a criação de maior número de animais, se comparado aos proprietários de uma única *data*.

O acesso à terra via apropriação e ocupação, aparentemente não é expressiva, pois apenas dois moradores declararam ocupação de terras, um de um campestre e outro de um sítio. No entanto, atenta-se aqui aos moradores que declararam estar de posse de algum lote, mas não apresentaram registros de propriedade. Pois, esses podem também terem obtido seus lotes por meio de apropriações.

Dezessete moradores declararam a sua propriedade como “chácara” e treze delas foram descritas como localizadas no “rossio”¹⁹ e as demais quatro “encontrada nos matos do rio”. A apresentação diferenciada dessas dimensões de terra indica que sua origem/localização e forma de acesso diferem das *datas* concedidas e demarcadas por ordem do governador, o que leva a crer que esses moradores possam ser ocupantes.

Os sítios descritos na *Relação* de 1784 foram dois, um deles não teve sua origem declarada, ou seja, no momento da elaboração dos borradores da *Relação de Moradores* o freguês recenseado alegou estar de posse de um

19 Remete a terrenos destinados ao uso e serventia comum do povo, pastagem do gado, com madeiras para corte e lenhas e outras utilidades entendidas como públicas. Ver: BICALHO, Maria. F. Câmaras. In: J. V. Serrão; M. Motta. *Dicionário da Terra e do Território no Império Português*. Lisboa: CEHC-IUL, 2015.

sítio, que também pode tê-lo adquirido por apropriação como se indicou para as “chácaras”. No entanto, o segundo sítio descrito no censo foi o de Antônio Ferreira Camaxo, morador de Taquari que declarou ter adquirido sua propriedade em 1772 por compra. Esse último morador possuía o segundo maior rebanho de animais da freguesia e declarou “viver de lavouras e criação de animais”. Assim, Antônio Camaxo se soma aos moradores da freguesia que possuíam dimensões de terra diferentes das *datas* e maior número de animais.

Dentre os quatro moradores que aqui tiveram o tamanho de lotes de terra classificados como “sem referência” tem-se um caso de dimensão ampliada, uma suposta *data* sem registro²⁰, uma doação descrita como “esmola” e um proprietário de uma sesmaria desapropriada. Portanto, acredita-se que essas dimensões não se assemelham em medidas de extensão, mas como não é possível saber pela documentação seu real espaço de abrangência e algum traço de consideração, como é o caso das chácaras e sítios, se optou por agrupá-los em uma única categoria.

Conforme a hipótese anteriormente apresentada, a dimensão de terra ocupada e volume produtivo possuíam interligação direta em Taquari, supõe-se a partir das atividades ocupacionais declaradas que a categoria “sem referência” possui extensões heterogêneas e não pode ser agrupada em níveis produtivos. Pois, o sesmeiro desapropriado é o maior produtor de animais da freguesia e declarou viver do cultivo de lavouras e da criação de animais, o proprietário de posse ampliada e o da suposta *data* declararam-se lavradores e possuíam número médio de animais. E Lourenço de Quadro, cuja filha recebeu a esmola, está entre os menores criadores de animais e declarou viver de lavouras.

Diante do conjunto exposto encontram-se basicamente três formas principais de acesso à terra em Taquari. Primeiro, tem-se os proprietários de posse legal, aqueles que apresentaram títulos de propriedade, em segundo os agregados que estão em terras de outros e por último os possuidores sem registros, dentre os quais há possíveis ocupantes.

A tabela supracitada demonstra significativa importância das formas não mercantis de acesso à terra em Taquari. As poucas transações comerciais, a ampla presença das concessões da Coroa, as heranças e os agregamentos de caráter familiar foram as principais formas pelas quais os moradores da freguesia acessaram o meio produtivo agrário. Essas características são mais marcantes em regiões de ocupação recente, como é o

20 Esse morador declarou ter recebido concessão de *data* do governador e não ter o registro de posse por não tê-lo retirado. Logo, não é possível saber se sua posse possui a dimensão de uma *data* ou se está diante de um caso de ocupação de uma dimensão imprecisa.

caso de Taquari e apontam que a fronteira agrária na freguesia ainda não se encontrava estável ao final do século XVIII.

No próximo item aborda-se a relação da forma de acesso à terra e sua implicação no tipo de atividade produtiva desenvolvida pelos moradores.

2.2 Pequenos produtores de economia mista

Ao se comparar o tamanho das *datas* de terras concedidas aos moradores de Taquari com Porto Alegre, percebe-se uma área de maior dimensão que a das *datas* doadas na região de Porto Alegre. Esse é o primeiro indicativo de que a estrutura econômica da freguesia era mais agrária que em Porto Alegre.

Na realização dos borradores da *Relação* de 1784, os chefes de domicílio deveriam declarar quais atividades praticavam e em caso de possuir rebanhos descrevê-los em espécie, gênero e número. Dos 107 chefes de domicílios listados 102 deles declararam viver de suas lavouras e apenas 5 lavouras e criação de animais.

Se analisada de modo geral, a estrutura ocupacional dos moradores de Taquari se caracterizou pela prática da agricultura, por meio do cultivo de lavouras. No entanto, como já apontou Osório (2007), os pequenos produtores do Continente praticavam atividades mistas, e essas combinavam o cultivo de lavouras com a pequena criação de animais e em Taquari não foi diferente.

Os residentes da freguesia que declararam empregar-se nas lavouras e criação de animais foram cinco, como elencados a seguir. O primeiro foi o Tenente Francisco da Silva, o qual teve parte de suas terras desapropriadas em 1770 para a instalação da freguesia, se declarou proprietário e a dimensão da sua posse é imprecisa no censo. O segundo era Matheus Teixeira, proprietário de uma posse concedida pelo governador e mais um lote adquirido por ocupação. O terceiro e o quarto haviam adquirido um sítio e um terreno por compra de antigos moradores da região. O quinto caso é o da viúva, essa possuía meia *data* de terra a qual foi demarcada ao casal e lhe pertencia por herança, após a morte do marido.

Os moradores que declararam viver de lavouras e criação de animais possuíam em comum, exceto a viúva, o tamanho ampliado das propriedades que administravam, pois esses ocupavam dimensões de área diferentes das *datas* concedidas aos povoadores açorianos em 1770. As quantidades de animais em suas propriedades não eram expressivamente divergentes dos números dos que se declararam viver de lavouras, porém, dois deles pos-

suíam 400 reses e um terceiro, juntamente com um desses dois, possuíam 100 éguas, quantidades não encontradas entre os moradores que somente afirmaram cultivar lavouras²¹.

A partir dessa estrutura ocupacional dos moradores de Taquari, emergiu a seguinte questão: por que alguns moradores se declararam como lavradores e criadores e outros que possuíam tamanhos de rebanhos semelhantes a esse não o fizeram? Nota-se a vinculação entre posse de terra e a quantidade de animais declarados, conforme Tabela 2 a seguir.

Tabela 2: Forma de acesso à terra e número total de reses em Taquari– 1784

Acesso	Sem animais	Até 50	51 a 100	101 a 200	Mais de 200	Total	Total
Proprietários	-	36	11	2	3	52	48%
Ocupantes	3	16	2	-	-	21	20%
Agregados	1	30	3	-	-	34	32%
Total	4	82	16	2	3	107	100%

Fonte: *Relação de Moradores que tem campos e animais no Continente –1784*

Ao considerar-se a afinidade entre as formas de acesso à terra e a quantidade de animais declarados, percebe-se que não ser proprietário com título legal não impediu os moradores de Taquari de criarem animais, pois mesmo os chefes de domicílio sem terras se dedicaram a essa atividade, agregando-se em posses alheias, em concomitância com o cultivo de lavouras, ainda que em volumes bastante modestos.

A prática da pecuária em terras alheias é conhecida em diversas regiões, inclusive nas estâncias do século XIX. Farinatti (2010) aponta que mesmo que as estâncias pecuaristas ocupassem grandes dimensões de terras do município de Alegrete, ainda havia espaço para que famílias não proprietárias de terra pudessem criar pequenos rebanhos e praticar alguma forma de agricultura, principalmente na primeira metade do século XIX.

Na região sudeste do Uruguai, Moraes e Pollero (2002) observaram uma ampla presença de trabalhadores rurais que possuíam relações de de-

21 A presença de éguas indica a possibilidade da reprodução de potros, mulas, burros e burras.

pendência e se ocupavam da atividade pecuária. As autoras apontaram que 35% dos criadores não possuíam propriedades de terra na área rural de Lavalleja, mostrando que agregar-se e/ou criar animais em propriedade de outros eram formas de inserção econômica usuais em períodos anteriores a modernização agrícola na região.

O cenário agrário estudado por esses historiadores é muito pouco assemelhado, em níveis econômicos, com Taquari do final do século XVIII. No entanto, podemos perceber que a criação de animais não dependia unicamente da propriedade de terra e isso ocorreu em pequenas e grandes regiões produtivas. Também se ressalta que o vínculo com a posse ou não da terra não impediu que os moradores de Taquari possuíssem animais.

Mediante o pequeno número de fregueses²² de Taquari que se declararam lavradores e criadores verificou-se a partir dos dados da *Relação de Moradores* de 1784, o número de animais declarados pelos moradores de Triunfo e Santo Amaro, freguesias também criadas no contexto de delimitação das fronteiras políticas do Império Português, a fim de realizar algumas comparações em níveis produtivos das atividades agrárias pecuarista de Taquari, como apresentado na Tabela 3.

Tabela 3: Número total de animais em Triunfo, Santo Amaro e Taquari em 1784²³

Freguesia	Triunfo*	Santo Amaro	Taquari
Reses	81.469	30.204	4.858
Bois	611	357	307
Burros	1.398	743	12
Mulas	787	779	20
Equinos	35.211	19.955	1.508
Cavalos mansos	2.171	1.109	324
Ovelhas	7.421	-	-
Total	129.059	53.147	7.029

Fonte: *Relação de Moradores que tem campos e animais no Continente* –1784

* Triunfo possuía dois distritos que foram recenseados em duas listas. Aqui se somou os valores dessas para facilitar a observação.

22 Denominação dos sujeitos que frequentam e se vinculam a paróquia da freguesia.

23 Os dados de Triunfo e Santo Amaro compõem um trabalho inédito do pesquisador Juan Martín.

As três freguesias foram criadas em contextos de demarcação e ocupação da fronteira meridional portuguesa, no entanto, as diferenças das atividades agrárias desenvolvidas se evidenciam na tabela 3, a partir do número de animais presentes em cada uma.

Triunfo, era a freguesia com maior número de animais e essencialmente votada à pecuária, originou-se de um assentamento espontâneo disposto a partir de 1756, e em 1784, conforme apresentado na *Relação de Moradores*, permaneceu focada na produção pecuarista. Santo Amaro estabeleceu-se às margens do rio Jacuí, a Oeste da fronteira com o império espanhol, serviu como armazém real de implementos de guerra e tornou-se freguesia em 1773 e a principal ocupação de seus moradores era a economia mista, lavouras e criação de animais. Taquari, freguesia de assentamento açoriano de 1764, se distingue de Triunfo e Santo Amaro pela baixa presença da pecuária e pela unânime presença de lavradores que alcançava sustento a partir da agricultura²⁴.

A presença de bois se deu nas três freguesias e indica a presença de atividades que envolvem a força motriz animal, como a realização da lavra da terra, e também o transporte, com carroças e carretas. No entanto, se analisadas em relação ao total de animais em Triunfo os bois não representam 1% do total, em Santo Amaro 1,2% e em Taquari 6,3% e estavam presente em 75 das 107 moradias recenseadas. A presença tão relevante de bois, em 70% dos domicílios de Taquari, indica que a força motriz animal era fundamental para o desenvolvimento das lavouras²⁵.

Dos 32 moradores que não possuíam bois em Taquari, apenas 5 possuíam propriedade de título legal, ou seja, 27 dos moradores que não declararam bois eram agregados e/ou posseiros. Assim sendo, se reforça a conclusão de que a posse legal da terra se relaciona com a estabilidade das atividades produtivas tanto para a agricultura como para a pecuária²⁶.

A comparação entre Triunfo, Santo Amaro e Taquari mostra que o mundo rural do Rio Grande de São Pedro ao final do período colonial é mais complexo do que aparenta ser. Havia espalhado pelas freguesias fazendei-

24 Para compreender o contexto de criação de freguesias no Continente de São Pedro, ver: OSÓRIO, Helen. A organização territorial em espaço de fronteira com o império espanhol e seu vocabulário. Notas de pesquisa. *Claves*, Revista de História, n 1, p. 67-90, dic. 2015.

25 A partir dos inventários *post-mortem* pode-se verificar a presença de utensílios agrícolas voltados à prática da agricultura. Osório (2007) apontou que os utensílios mais corriqueiros entre os lavradores eram foices e enxadas. Devido à significativa presença de bois em Taquari supõe-se que a partir dos inventários é possível localizar também arados e carroças.

26 Porém, vale lembrar que não declarar a presença de bois não significa não possuir acesso. O compartilhamento da força motriz animal e dos utensílios agrícolas pode ter se dado entre agregados e proprietários, vizinhos e parentes.

ros que eram grandes criadores de animais, bem como pequenos criadores, mas havia também agricultores que possuíam alguns poucos animais e alguns deles estavam em Taquari.

Contudo, ainda há a questão de por que alguns moradores de Taquari escolheram declarar ocupar-se de ambas as atividades e a maioria apenas da agricultura. Os dados estatísticos aos quais os historiadores acessam raramente auferem elementos totalmente fidedignos das populações do passado, não sendo possível reconstruir totalmente artificios intelectuais que poderiam interferir no momento da realização desses.

Para o final do período colonial e século XIX, a quantidade desse material produzido para o Rio Grande do Sul não é muito exaustiva, mas possibilita algumas noções sobre as populações que habitavam o Continente. A *Relação de Moradores* é uma fonte importante para a compreensão da estrutura agrária do Rio Grande de São Pedro, ao final do século XVIII. No término da listagem dos habitantes de Taquari, na versão oficial da *Relação* de 1784, há uma pequena descrição feita pelo escrivão, Ignácio Morais:

Os Sobreditos casais, supostos se empregarão nas lavouras [ilegível] vivem de diversas criações, juntamente dessas fabricas frutíferas, plantações de linhos de todo o comércio de gêneros oriundos de seus estabelecimentos. (*Relação de Moradores*, 1784, p.356).

A descrição traz três elementos para a compreensão do sistema produtivo da freguesia, primeiro por referir-se à economia mista, agricultura e pecuária, e atribuir de modo geral essa característica a todos os moradores da freguesia, ou seja, mesmo poucos chefes de domicílio se declarando criadores de animais, o escrivão, ao elaborar a versão oficial da *Relação*, o fez para todos. O segundo é a descrição das atividades de cultivo descritas, ou seja, ao referir “*fabricas frutíferas e plantações de linhos*” descreve produtos cultivados nas lavouras dos moradores. E o último elemento, faz referência à existência de um comércio de escoamento da produção da freguesia, pois ao relatar que os moradores vivem “*de todo o comércio de gêneros oriundos de seus estabelecimentos*” manifesta a ideia da venda de artigos produzidos na freguesia.

Diversos podem ter sido os destinos dessa produção, podendo ter variado entre mercados regionais para abastecimento de contingentes militares nas regiões de fronteira e para a exportação para outras regiões coloniais. Para medir a participação dessa produção na exportação podem-se consultar os *mapas de colheita* da década de 1770, porém as informações são poucas e pouco precisas, as possíveis ligações dos moradores de Taquari

com os comerciantes do Continente e as dívidas ativas e passivas presentes em inventários *post-mortem*.

Aqui se consente a hipótese de que a freguesia participou de um comércio regional de produtos de primeira necessidade alimentar destinados a centros regionais, alguns em processo de urbanização e também para o abastecimento dos contingentes militares presentes no Continente. Porém, esse tema de pesquisa ainda se encontra em desenvolvimento e não pretende ser explorado nesse artigo.

A *Relação de moradores* também não permite conhecer os cultivos que os produtores de Taquari realizavam em suas lavouras e nem qual era a real dimensão da participação pecuária na obtenção dos meios de sustento dessas unidades, para isso são necessárias pesquisas futuras em outros tipos de fontes do período. No entanto, sabe-se que todos os moradores de Taquari alegaram mediante consulta oficial da Coroa empregar-se nas lavouras. Portanto, a prática da agricultura foi a atividade produtiva predominante na freguesia e garantiu o sustento de seus moradores, ao final do século XVIII.

CONCLUSÃO

A análise da estrutura agrária da freguesia de Taquari contribuiu para demonstrar que a inserção econômica do Rio Grande de São Pedro no mercado interno colonial brasileiro ocorreu de maneiras diversas. Os moradores de Taquari eram pequenos agricultores que, provavelmente, participavam de mercados regionais e praticaram a criação de animais em pequenas escalas, destacando-se uma economia de sustento mista focada na agricultura.

A criação de Taquari fez parte do projeto da Coroa portuguesa de povoar e incorporar economicamente a região de fronteira meridional sul-americana. E a demarcação das propriedades da terra se deu na forma de *datas* destinadas aos casais açorianos. No entanto, analisando a *Relação de Moradores* verificou-se que essa era apenas uma das formas possíveis de ascensão à terra. O expressivo número de agregados mostrou que “viver a favor” em propriedades de outros foi recorrente e se deu essencialmente a partir de relações de reciprocidade praticadas entre familiares. A vivência de agregados nos domicílios possibilitou o aumento das forças produtivas no interior das propriedades e conseqüentemente o acréscimo do volume produtivo de alguns moradores.

A presença predominante das concessões de *datas* feitas pela Coroa

portuguesa, o significativo contingente de agregados de relações familiares, os acessos à terra via herança e doação e a baixa presença de compras de terra demonstraram que as formas não mercantis de acesso à terra eram as que predominaram em Taquari, região de fronteira política não completamente delineada ao final do século XVIII.

A propriedade da terra estabeleceu conexão direta com a estrutura produtiva da freguesia. Pois, propriedades de título legal, de dimensão ampliada e com presença do trabalho familiar via agregamento, alcançaram volumes produtivos maiores e foram capazes de ampliar suas posses originais. O caso do morador Antônio Teixeira Fagundes exemplifica bem essa afirmação, visto que este acomodou dois agregados e provavelmente a partir do incremento da mão de obra familiar avolumou a produção de suas lavouras e ampliou sua propriedade para a dimensão de 3 *datas*.

A partir da comparação dos níveis da pecuária de Triunfo e Santo Amaro, verificou-se que a presença de animais em Taquari era muito inferior e que muito pouco se assemelhou a essas freguesias cuja principal forma de sustento adveio da pecuária. Portanto, a estrutura agrária da freguesia de São José de Taquari ao final do século XVIII era composta por pequenos produtores que viviam do cultivo de lavouras.

REFERÊNCIAS

- BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BARROSO, Vera L. *Açorianos no Brasil: História, Memória, Genealogia e Historiografia*. Porto Alegre: EST, 2002.
- BICALHO, Maria. F. Câmaras. In: J. V. Serrão; M. Motta. *Dicionário da Terra e do Território no Império Português*. Lisboa: CEHC-IUL, 2015.
- DANILEVICZ, Ian. *Aspectos demográficos e padrão de posse de escravos em Viamão (1776 – 1784)*. 2010. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- FARINATTI, Luís A. *Confinos Meridionais: Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.
- _____. Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15 n. 28, p. 57-72, jul. 2008.

- FRAGOSO, João L. R. *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia Na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FERREIRA, Francisco de. *Descrição a viagem do Rio Grande*. Rio de Janeiro: IHGB/IGHMB, 1979. (v.3)
- GOMES, Luciano C. *Uma cidade negra: escravidão, estrutura e econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772 – 1802*. 2012. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- HAMEISTER, Martha. *Para dar calor à nova povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande dos Registros Batismais (c.1738- c.1763)*. Rio de Janeiro: PPGHS /UFRJ, 2006.
- KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII*. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- LIVRO *registro de datas de terra que se dão aos casais das ilhas – 1770*, Códice F 1229. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs).
- MATTOS, Hebe M. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV/Faperj, 2009.
- MORAES, Maria I, POLLERO, Raquel. *Formas familiares y estructura ocupacional en la ganadería uruguaya pré-moderna: un estudio de caso*. In: INTERNACIONAL ECOMONIC HISTROY CONGRESS, 13. Buenos Aires, 2002. *Anais...Buenos Aires*: [s.n.], 2002.
- OSÓRIO, Helen. *A organização territorial em espaço de fronteira com o império espanhol e seu vocabulário. Notas de pesquisa*. *Claves*, Revista de História, n. 1, p. 67-90, dic. 2015.
- _____. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- RELAÇÃO de *Moradores que têm Campos e Animais no Continente de São Pedro* (versão oficial de 1784). Códice 104. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ).
- RELAÇÃO de *Moradores de San Jozé do Taquary de 1785* (borradores de 1784). Códice F-1198.
- SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- ZARTH, Paulo A. *História Agrária do Planalto Gaúcho*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1997.